

# Gestão Pública E O Ambiente Macroeconômico: O Caso Da Disputa De Poder Na Coligação “Com A Força Do Povo” E O Impeachment De Dilma Rousseff

Elder Estevão De Mello<sup>1</sup>

<sup>1</sup>(Departamento De Economia E Relações Internacionais, Universidade Federal De Santa Maria, Brasil)

## Resumo:

O presente artigo visa estudar o nascimento da coligação “Com a Força do Povo” nas eleições para a presidência do Brasil em 2014 e a forma como ocorreu a sua dissolução, demarcando o cenário em que transformações históricas afetaram o destino político e econômico do país de maneira brusca e vertiginosa. Destaca as principais características da estrutura política brasileira e os componentes econômicos que tiveram como resultado final o impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff em 2016. Descrevendo historicamente a Gestão Pública no âmbito federal que constituiu o ambiente macroeconômico que foi determinante para o desempenho do setor produtivo no país. Os elementos essenciais destas transformações passaram pela aproximação nacional de dois protagonistas: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

**Palavras-chave:** Gestão Pública; Coligações Partidárias; Impeachment Presidencial.

Date of Submission: 26-09-2024

Date of Acceptance: 06-10-2024

## I. Introdução

A análise necessita dos antecedentes históricos da coligação “Com a Força do Povo”, ou seja, as origens dos partidos protagonistas. Estes antecedentes fazem parte dos principais acontecimentos da História do Brasil. O PMDB foi fundado em 24 de março de 1966 como MDB, em pela Ditadura Militar, iniciada no golpe de 31 de março de 1964, com a vacância provocada pela conspiração contra o Presidente João Goulart. Como em 1966 foram extintos os partidos políticos existentes até então, durante a Ditadura Militar (1964--1985) a estrutura política se institucionalizou em boa parte do período através do bipartidarismo. O partido da situação era a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a “oposição” o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esta estrutura perdurou até 1979, quando são suavizados os critérios de criação de partidos políticos. Surgiu a exigência da palavra “partido” na sigla, assim, o MDB tornou--se PMDB em 1981. A ARENA em 1980 transformou-se no Partido Democrático Social (PDS). Os partidos representantes das ideias postuladas pela antiga ARENA modificaram-se muitas vezes até hoje em dia.

O PMDB que representou historicamente a resistência oficial contra a Ditadura Militar ganhou um grande peso político após a redemocratização em 1985. No entanto, antes disso, em 1983, através da mobilização dos partidos de oposição, constituiu--se a campanha chamada “Diretas Já”, que reivindicava eleições diretas para a Presidência da República, demarcando a figura icônica do líder peemedebista Ulisses Guimarães. Nome este, que personificou essa resistência à Ditadura e a luta pela redemocratização. Ainda em 1983, ocorreu o Plebiscito Presidencialismo *versus* Parlamentarismo, vencendo o Presidencialismo.

No entanto, a campanha “Diretas Já” foi frustrada. Foi aprovada somente a eleição indireta pelo Colégio Eleitoral do Congresso Nacional em 1985. Mesmo desta forma, a Ditadura Militar tinha terminado no Brasil. Tancredo Neves representando o PMDB derrotou o candidato do PDS, Paulo Maluf. Porém, Tancredo Neves morreu por motivo de doença antes de sua posse, e o vice José Sarney assumiu a presidência. Nasce a chamada “Nova República”. Um dos pontos marcantes do fim da ditadura ocorreu durante o Governo José Sarney: foi promulgada a Constituição de 1988.

O PT surgiu na fase final da Ditadura Militar, sendo fundado em 10 de fevereiro de 1980. O partido teve origem no movimento sindical. A ação da proposta trabalhista simbolizou a resistência da classe trabalhadora que se manifestou pelo enfrentamento da opressão do Estado, inclusive com o instrumento de greve. Foi emblemático em 1978, o caso da greve dos trabalhadores da indústria automobilística localizada no interior do Estado de São Paulo, em São Bernardo do Campo. Lula, como líder sindical, nasceu neste contexto como o novo fenômeno político. Assim, através da luta sindical e o seu caráter político, o PT ganhou força suficiente para já em 1989, na primeira eleição direta para Presidente da República após a Ditadura Militar, polarizar os votos, sob o comando do candidato de origem sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva.

Apesar da derrota em 2º Turno para Fernando Collor de Mello, do inexpressivo Partido da Renovação Nacional (PRN), o PT ganhou grande projeção no cenário político brasileiro. Este foi o confronto das coligações

“Frente Brasil Popular” composta pelo PT, Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e “Movimento Brasil Novo” composta pelo PRN, Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Trabalhista (PST) e Partido Trabalhista Renovador (PTR). Nesta época a “Frente Brasil Popular” era a representação de partidos que encarnavam os movimentos trabalhista, socialista e comunista no Brasil, o que foi relevante neste período de redemocratização e de maior liberdade política. Estes movimentos e as suas propostas entraram historicamente em choque com as forças conservadoras do país, fato que foi decisivo como argumento ideológico para que os militares tomassem o poder com o Golpe Militar de 1964. A ditadura prometeu um período curto de intervenção para passar a turbulência política e econômica do país. Esse período durou 21 anos. A coligação “Movimento Brasil Novo” representava os partidos conservadores que, ao longo do tempo, consolidaram-se como sendo aqueles que fariam a posição antagonista à esquerda. Em 1992, Fernando Collor de Mello sofreu o processo de *impeachment* e o vice-presidente Itamar Franco, também do PRN, assumiu a Presidência do Brasil.

O PMDB teve em 1989 uma votação de pouco menos de 5% dos votos em 1º Turno com o candidato próprio, Ulisses Guimarães, porém a partir das eleições gerais seguintes, seja para cargos majoritários, seja para as casas legislativas, consolidou a sua posição de grande partido e de relevância nas negociações política em todos os níveis. Em termos das coligações, toda evolução, tamanho e sobrevivência do PMDB, embora já tenha chegado a Presidência da República em 1985, foi construída através do poder conquistado em Estados e Municípios, assim: “Para dar importância aos processos políticos que ocorrem nas diferentes arenas competitivas de um sistema multinível, então o estudo das coalizões subnacionais é uma área interessante para avançar em ambas as direções.” (Cruz, 2014, p. 33). Apesar deste sucesso político, cabe, no entanto, acrescentar que, em 1988, foi fundado um partido com a dissidência de membros do PMDB, que representou a grande força polarizadora nacional em relação ao PT: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

## II. Marco Teórico

Entre as abordagens fundamentais para a análise dos sistemas políticos e as suas relações está a conceituação sobre poder de Weber (1982), onde questiona sobre “quando e porque os homens obedecem” e quais as justificativas do domínio, para a própria existência do Estado

Primeira, a autoridade do “ontem eterno”, isto é, dos mores santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo. É o domínio “tradicional” exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora. Há a autoridade do dom da graça (carisma) extraordinário e pessoal, a dedicação absolutamente pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual. É o domínio “carismático”, exercido pelo profeta ou — no campo da política — pelo senhor de guerra eleito, pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político. Finalmente, há o domínio em virtude da “legalidade”, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da “competência” funcional, baseada em regras racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno “servidor do Estado” e por todos os portadores do poder que, sob esse aspecto, a ele se assemelham. (p. 99)

Deriva desta conceituação o enfoque de política e política públicas, ou seja, quais os meios necessários e possíveis para promover o bem-estar da população, pelo menos de acordo com o senso comum tradicional. No entanto, segundo Weber (1982)

Quando se afirma que uma questão é “política”, quando um ministro do Gabinete ou uma autoridade é considerado como “político”, ou quando uma decisão é tida como “politicamente” determinada, o que se está querendo dizer, sempre, é que os interesses na distribuição, manutenção ou transferência do poder são decisivos para a resposta às questões e para se determinar a decisão ou a esfera de atividade da autoridade. Quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como o “poder pelo poder”, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder. (p.98)

As relações de poder, inerentes à política, interferem nas políticas públicas. E nisto, a população recebe os seus efeitos e assiste aos debates, desde a academia até os meios de comunicação. No caso brasileiro, por exemplo, não são raros os exemplos históricos do debate sobre os valores éticos nas políticas, que revelam

A manipulação de macrovariáveis com implicações sociais sérias, como defesa da recessão, desemprego, corte em benefícios sociais, violação de direitos individuais, inclusive confisco parcial, temporário ou permanente de bens, sempre é feita em nome de objetivos e valores definidos pela própria economia: a abstrata estabilização quase sempre é preferível ao concreto desemprego - quem pensa o contrário é visto como demagogo - ou mais recentemente, desinformado e até ignorante. (Fonseca, 1999, p. 140)

Não menos relevante, na discussão mais profunda sobre liberdade, está a questão da relação da democracia com o desenvolvimento econômico. Não só sobre eleições livres e a alternância no poder, mas também a participação da população nas decisões. Segundo Bresser-Pereira (2007): “...a Constituição de 1988 abriu espaço para uma democracia participativa. Antes de chegar a ela, porém, além de melhorarmos os nossos sistemas de participação, será necessário tornar a burocracia pública mais responsabilizada perante a sociedade.” (p.28).

Finalmente, no debate sobre como alcançar o desenvolvimento, a democracia ganha contornos estranhos. Leva a um perverso e falacioso dilema, debate encabeçado pelos “detratores da democracia”, como destaca Sen (2011): “Decida-se: você quer a democracia ou, ao contrário, o desenvolvimento?” (p. 417)

### III. Metodologia

O método de abordagem foi estruturado através da análise histórica. Utilizou-se um conjunto das informações eleitorais que foram pesquisadas em: [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br) [Partido dos Trabalhadores]; [www.mdb.org.br](http://www.mdb.org.br) [Movimento Democrático Brasileiro desde 2017]; [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br) [Tribunal Superior Eleitoral]; [www.tre-rs.jus.br](http://www.tre-rs.jus.br) [Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul]. Estas informações serviram tanto para definir a história de cada partido (PT e PMDB) como também descrever os diversos processos eleitorais. A análise qualitativa foi definida através de pesquisa bibliográfica, dividida em termos dos conteúdos sobre coligações partidárias, História do Brasil e Economia Brasileira Contemporânea.

### IV. Análise E Discussão Dos Resultados

#### A origem da coligação entre PT e PMDB

Com o propósito de compreender o processo de coligações no Brasil, inclusive a coligação “Com a Força do Povo” nas eleições para a presidência do Brasil em 2014, objeto deste artigo, os 16 anos que compreendem os dois mandatos do PSDB e outros dois do PT na Presidência da República são de fundamental importância. Portanto, com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992 e a chegada de Itamar Franco ao poder, a trajetória política e econômica do Brasil se modifica. Cabe observar, que nos primeiros anos do período de redemocratização o Brasil enfrentou o descontrole econômico. A herança que os governos militares deixaram e que foram sentidos especialmente nos últimos anos da ditadura. A saída dos governos militares para a transição democrática que tratou-se, inicialmente, como “lenta, gradual e segura”, fez o país encontrar um cenário problemático. A Ditadura Militar começou com o controle inflacionário e ascensão econômica no período do “Milagre Brasileiro” (1969--1973) e terminou com o Brasil apresentando endividamento externo, recessão e inflação. Portanto, o ambiente econômico, político e social entregue pelos governos militares foi um “bom motivo” para a redemocratização.

O Brasil passa a preocupar--se, em especial, com o combate à inflação, editando diversos planos econômicos. Os mais marcantes foram o “Plano Cruzado”, em 1986, no governo José Sarney, com o congelamento de preços, o “Plano Collor”, em 1990, com o “confisco” de parte das contas correntes e poupanças e, finalmente, o “Plano Real”, em 1994, no governo Itamar Franco. Este último, com sucesso no seu objetivo de estabilização dos preços, através do combate à inflação inercial, utilizando uma medida de transição de moeda, a Unidade Real de Valor (URV) para alinhamento dos preços, para que em alguns meses depois fosse possível instituir a nova moeda: o Real.

Politicamente, o “Plano Real” foi decisivo para o então Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ele foi vitorioso em duas eleições seguintes para Presidente da República, em 1994 e 1998. Ambas, em 1º turno, com mais de 50% dos votos e, com Luiz Inácio Lula da Silva em 2º lugar. A polarização PSDB e PT se manteve nas duas eleições seguintes, em 2002 e 2006. No entanto, a favor do PT de Lula, que foi vitorioso. As dificuldades econômicas e o discurso neoliberal do PSDB contribuíram para que seus candidatos menos carismáticos do que FHC, José Serra e Geraldo Alckmin, perdessem as eleições. Cabe ressaltar a trajetória acadêmica de FHC, intelectual renomado na visão desenvolvimentista, mas que representou, na prática, um governo neoliberal. Nestes termos, tanto o Plano Real quanto às políticas de governo de FHC, foram estruturados dando ênfase, embora tradicional, à academia. A mudança de expectativa também ocorreu com Lula quando foi eleito, que teve um arrefecimento sob a sua visão mais radical de esquerda, o que contribuiu para a sua maior aceitação pela população.

Em relação às coligações de FHC e Lula, é importante destacar as formações das chapas de Presidente e Vice-Presidente. FHC governou tendo como Vice-Presidente Marco Maciel do Partido da Frente Liberal (PFL) em dois mandatos. Lula governou tendo como Vice-Presidente José Alencar do Partido Liberal (PL) no 1º mandato e do Partido Republicano do Brasil (PRB) no 2º mandato. A questão essencial aqui é como se colocaram os protagonistas e coadjuvantes, dadas as condições da composição da coligação nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República. Tanto Marco Maciel quanto José Alencar, mantiveram-se juntamente com os seus partidos em uma posição de apoio incondicional e fiel aos seus presidentes, devido também ao tamanho da influência de seus partidos e de suas personalidades. FHC e Lula puderam exercer, dadas as suas personalidades dominantes, o protagonismo de seus governos. Nesses 16 anos de FHC e Lula, o PMDB só participou de coligação na candidatura derrotada de José Serra em 2002.

Ocorre então a aproximação do PT e do PMDB em 2010, com o relativo sucesso de Lula, em dois mandatos e, com a impossibilidade legal de uma terceira candidatura à presidência, costurou--se um novo nome que aproveitasse o peso do PMDB, que desejava também voltar ao poder. Esse nome foi Dilma Vana Rousseff. Esta solução política só foi possível por estas condições, quais sejam, o carisma de Lula, o desempenho de seu

governo e o peso político do PMDB. Os partidos que fizeram parte dessa coligação nas eleições presidenciais em 2010, “Para o Brasil seguir mudando”, foram PT, PMDB, PSB, PSC, PCdoB, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da República (PR), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Trabalhista Cristão (PTC) e Partido Trabalhista Nacional (PTN). Já na coligação para a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, “Com a Força do Povo”, os partidos foram PT, PMDB, PR, PDT, PRB, PCdoB, Partido Social Democrático (PSD), Partido Progressista (PP), Partido Republicano da Ordem Social (PROS).

No entanto, é importante observar que, a legislação eleitoral brasileira permite eleições em outros níveis, como no caso do cargo de Governador e de Prefeito não é necessário utilizar a coligação nacional definida para o cargo de Presidente da República. Assim, encontram-se diversos exemplos de coligações não congruentes. Esta não congruência pode ser pouco significativa em termos de aproximação de Programas de Governo e de seu caráter ideológico em muitos casos, especialmente em eleições municipais para Prefeito. Porém, isto não ocorreu em um exemplo típico nas eleições para Governador do Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2010 e 2014, concomitantes às eleições para Presidente da República. O PT e o PMDB estavam coligados nacionalmente nestas duas eleições, mas no Estado do Rio Grande do Sul as disputas entre PT e PMDB foram bastante acirradas, tanto em termos de Programa de Governo quanto de ideologia partidária, revelando uma forte polarização. É importante destacar, que na questão das “alianças cruzadas”, existe uma grande dificuldade de posicionamento claro do eleitor no seu processo decisório: “O cidadão vota em partidos que têm visões, preferências e ideias comuns sobre determinados assuntos, mas depois não fica claro se formarão blocos - e, portanto, votarão em projetos de lei - com aqueles que foram eleitos ou com os legisladores do seu próprio partido que pode ter chegado com diferentes aliados.” (Clerici, 2013, p. 10).

### **A coligação entre PT e PMDB e suas consequências**

Assim, estudando mais detidamente a aproximação do PT e do PMDB, é possível que, desde o processo de redemocratização do Brasil, a candidatura e a vitória em duas eleições para a Presidência da República de Dilma Rousseff em 2010 e 2014, seja a maior transferência de votos da história política recente. Dilma Rousseff, inexperiente em cargos eletivos, recebeu votos pelo carisma de Lula. O perfil de Dilma Rousseff, ocupando cargos de secretarias de Estado e Ministérios é diferente do perfil acadêmico tradicional, em especial, na área de Economia. No entanto, sob o ponto de vista político, a relevância de sua carreira está na sua luta contra a Ditadura Militar, quando foi presa e torturada. Até chegar ao poder, Dilma Rousseff não fez uma carreira política tradicional, não teve, provavelmente, forjado na sua personalidade o “espírito” de um político profissional.

No caso da coligação com o PMDB tanto em 2010 quanto em 2014, o candidato eleito para a Vice--Presidência foi o Advogado Michel Temer, que preenche todos os requisitos do político profissional. Ele já havia construído também uma sólida carreira na área jurídica. Michel Temer, além de carregar todo o peso histórico do PMDB, também carregou uma grande experiência como Presidente do PMDB e da Câmara de Deputados.

Portanto, diferentemente dos governos FHC e Lula, no ambiente pós-eleitoral, em que os Presidentes em seu mandato foram protagonistas em relação à divisão de poder na coligação e, principalmente, em relação aos seus Vice--Presidentes, Dilma Rousseff iniciou um processo de instabilidade no comando da Presidência da República. Michel Temer, buscou demonstrar a esta diferença na construção da coligação, principalmente entendendo que a “governabilidade” passaria por uma combinação PT e PMDB, quase um governo a “quatro mãos”. Entendendo esta “governabilidade” como a capacidade de negociar com o Congresso Nacional.

Qual foi o cenário político e econômico pós--eleitoral que a coligação “Com a Força do Povo” encontrou? As manifestações nas ruas do país em junho de 2013, motivada inicialmente pelo protesto em relação ao preço das passagens do transporte público, tornou--se um tipo de manifestação que cobrava também eficiência do setor público, ao mesmo tempo que era marcada pelo descrédito aos “políticos”. Somam-se a estes protestos organizações empresariais.

A economia que tinha sido mais favorável nos governos anteriores do PT. O governo começa a perder o controle sobre os gastos. Dilma Rousseff, ainda tentou fazer mudanças ministeriais e iniciar cortes de gastos, inclusive para não pressionar o nível de preços. A pressão negativa nos indicadores econômicos contribuiu definitivamente para os resultados políticos posteriores.

Todo este cenário gerou, em escala nacional, a polarização entre Petismo e Anti-Petismo. Corroborou para isto as investigações de corrupção pela chamada “Operação Lava -Jato” iniciada em 17 de março de 2014 pela Polícia Federal, minando também, em grande medida, políticos do PT. Este cenário despertou também o embate PT e PSDB que ocorreu nas eleições presidenciais de 1994 a 2014. Mas qual foi o elemento determinante deste cenário? A conjugação da formação da opinião pública e da posição de fragilidade política no interior da própria coligação. Leia-se que, a “governabilidade” no caso do Brasil passou, e ainda passa, por uma grande quantidade de partidos políticos, muitos deles sem expressão e sem uma “ideologia” bem definida, transformado as votações legislativas, em seus níveis federal, estadual e municipal, resultado muitas vezes distante dos propósitos dos eleitores. Em outras palavras, o controle político legislativo depende mais de suas próprias relações internas do que externas. Assim, para contribuir para o debate: “o caminho mais promissor é buscar a ampliação

do debate público, a redução do peso do capital nas decisões políticas e o fortalecimento da sociedade civil, que permitiriam aos eleitores aproveitar de forma mais consistente as oportunidades de escolha que lhes são oferecidas.”(Miguel e Assis, 2016, p. 43) E sobre as democracias:

“Em particular, a análise teórica centrou-se na quantidade e fluxo de informação que os eleitores podem ter à sua disposição para conhecer tanto as propostas de governo dos diferentes partidos políticos como as decisões políticas adaptadas. Mas mesmo nestes casos, a vida partidária em constante mutação será de vital importância para o desenvolvimento das democracias.” (D’Alessandro, 2010, p. 31)

Assim, ao final do 1º ano do 2º mandato, ou seja, em 2015, surgiram então as denúncias e o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. É necessário para o seu andamento que o presidente do Congresso Nacional aceite pelo menos uma das denúncias. O Deputado Eduardo Cunha do PMDB, aceitou uma das denúncias de “Crime de Responsabilidade” no dia 2 de dezembro de 2015. Em essência, o “crime” trata das chamadas “pedaladas fiscais”, ou seja, o adiamento de despesas do Estado por conta dos bancos públicos.

Apesar de PT e PMDB serem coligados, houve um embate entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha. Este rompeu com o governo. O Vice--Presidente Michel Temer também rompeu, mas não renuncia ao cargo. Isto se manifestou através de uma carta para Dilma Rousseff “vazada” para os meios de comunicação. Assim, no dia 7 de dezembro de 2015 revelou--se a insatisfação política de Michel Temer, de sua posição pessoal e da posição do PMDB. Cabe destacar, os dois primeiros itens de sua justificativa, presente na referida carta: “1. passei os quatro primeiros anos de governo como vice decorativo. A senhora sabe disso. Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas. 2. Jamais eu ou o PMDB fomos chamados para discutir formulações econômicas ou políticas do país; éramos meros acessórios, secundários, subsidiários” [acessado em [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br)]. Este é o prenúncio da ação política a ser engendrada por Michel Temer durante o processo de *impeachment*. Esta carta representa a liberação que Michel Temer necessitava para articular junto à Câmara de Deputados e Senado Federal para as votações, principalmente com a sua aproximação aos partidos de oposição à coligação “Com a Força do Povo”. Segundo Alemán e Tsebelis (2012) “os presidentes que lidam com congressos fracos não são pressionados para formar coligações, enquanto os presidentes que enfrentam congressos fortes continuam mais preocupados com o desempenho das suas propostas no Congresso e prestarão maior atenção à construção de coligações” (p.30). Neste caso, Michel Temer teve maior capacidade do que Dilma Rousseff para negociar com o Congresso Nacional. Diante dessas dificuldades, Michel Temer sempre demonstrou que tinha como preocupação primordial negociar. Dilma Rousseff, em muitos momentos, estava isolada.

Segue então, todo o trâmite desde o afastamento até o julgamento. Dilma Rousseff teve assim o mandato de Presidente da República cassado em 31 de agosto de 2016, encerrando o processo de *impeachment*. Desfez-se assim, a coligação “Com a Força do Povo”. Ao longo do processo iniciou um debate nacional sobre o que tinha se passado na vida política brasileira: “foi golpe” ou “não foi golpe”.

Em termos econômicos, desde a instabilidade do governo até o *impeachment* de Dilma Rousseff, o Brasil mergulhou em uma grande crise econômica. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 variou em relação ao ano anterior -3,8% e em 2016 -3,3%, revelando a maior crise econômica até então registrada no país. Estes resultados demonstram que o setor produtivo que estava passando por dificuldades pressionou muito mais para que ocorressem mudanças, mesmo que radicais, contando com o apoio do discurso político.

Assim, o que se passou após Michel Temer assumir a Presidência da República é o que determinou uma grande mudança na vida política brasileira. Não foi apenas a aproximação e negociação com os partidos de oposição, foi a nomeação de cargos e a mudança de staff dos ministérios para estes partidos. Partidos da coligação “Muda Brasil”, derrotada nas eleições de 2014, em especial o PSDB e o Democratas (DEM), formaram também o ministério de Michel Temer. São somadas às principais metas do governo a chamada “agenda de reformas”, além daquelas metas já presentes na maioria dos governos, tais como estabilidade de preços e equilíbrio fiscal. Entre as principais reformas que afetam diretamente o trabalhador estavam: a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência Social.

## V. Conclusões

Através da discussão do caso da coligação “Com a Força do Povo” nas eleições para Presidente da República nas eleições de 2014 no Brasil, buscou-se demonstrar a evolução da relação entre PT e PMDB como partidos protagonistas, da coligação ao *impeachment*. A partir da análise, concluiu-se que: a) as condições econômicas do país são determinantes nas relações e barganha política e na popularidade junto à população, para a manutenção no poder. Este é um debate complexo, pois um conjunto mais amplo de análise deve levar em consideração não só a avaliação de um governo através de indicadores econômicos como também o comportamento deste em termos políticos, envolvendo questões como a corrupção e o autoritarismo; b) as peculiaridades da legislação eleitoral que permite a formação de coligações entre partidos diferentes para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, combinada com a definição de que o Vice-Presidente assuma o cargo quando o

Presidente sofre o *impeachment*, resulta na possibilidade de ascensão ao poder de grupos que não foram eleitos. Sendo necessário que o cargo de Vice-Presidente deva assumir um papel de coadjuvante para que se mantenha o equilíbrio político. As características históricas do Brasil, moldaram os acontecimentos e o fim desta coligação. Mostrou-se ainda, que mesmo no ambiente democrático, a complexidade da relação entre partidos políticos e suas coligações, pode ser definidora do destino do país. Finalmente, o caso estudado confirma a relação entre a Gestão Pública e o seu impacto na economia e na política de um país.

### **Referências**

- [1]. Alemán, E., Tsebelis, G. Partidos Políticos Y Coaliciones De Gobierno En Las Américas. Política / Revista De Ciencia Política, Volumen 50, N° 2, 2012.
- [2]. Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Burocracia Pública E Classes Dirigentes No Brasil. Revista De Sociologia E Política, Curitiba, 28, P. 9-30, Jun. 2007.
- [3]. Castro, Lavinia Barros De, Giambiagi, Fabio, Hermann, Jennifer, Villela André, Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]. 2. Ed. Rio De Janeiro: Elsevier, 2011.
- [4]. Clerici, Paula Andrea. Alianzas Cruzadas En Argentina. Una Aproximación Causal Desde La Teoría. Ciencia Política, N° 16, Julio-Diciembre, 2013.
- [5]. Cruz, F. ¿Socios De Menor Nivel? Aportes Para El Estudio De Las Coaliciones Subnacionales En Sistemas Políticos Multinivel, Revista Uruguaya De Ciencia Política, Vol. 23, N 1, 2014.
- [6]. D'alessandro, M. Los Partidos Políticos Y La Representación Democrática. La Evolución De Su Desarrollo Teórico. Anales De La Academia Nacional De Ciencias Morales Y Políticas. 2010.
- [7]. Fonseca, Pedro Cezar Dutra. Economia E Ética. Revista Da Sociedade Brasileira De Economia Política, N. 4, P. 139-144, Jun. 1999.
- [8]. Gremaud, Amaury P., Vasconcellos, Marco Antonio S. De, Toneto Jr., Rudinei, Sakurai, Sérgio N. Economia Brasileira Contemporânea. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2024.
- [9]. Miguel, L. F., Bispo De Assis, P. P. F. Coligações Eleitorais E Fragmentação Das Bancadas Parlamentares No Brasil: Simulações A Partir Das Eleições De 2014. Revista De Sociologia E Política, V. 24, N. 60, Dez. 2016.
- [10]. Sen, Amartya. A Ideia De Justiça. São Paulo: Companhia Das Letras, 2011.
- [11]. Weber, Max. Ensaios De Sociologia. 5.Ed. Rio De Janeiro: Ltc, 1982.